



## CONTRIBUTO DA CGTP-IN SOBRE O LIVRO BRANCO

*Deolinda Machado*  
Comissão Executiva da CGTP-IN

A CGTP-IN concordou no essencial com parecer da CES sobre o Livro Branco, tendo apenas reforçado alguns aspectos que consideramos fundamentais.

1. As políticas sociais dos Estados membros, e nomeadamente os sistemas de pensões, são e devem permanecer uma competência exclusiva dos Estados.

A interferência da UE no domínio das políticas sociais foi reforçada no contexto da nova governação económica lançada em meados de 2010, que tem como vertentes essenciais o controlo orçamental – reforço do Pacto de Estabilidade e de Crescimento (PEC) – e o equilíbrio macroeconómico, em que o acento é posto na competitividade – novo procedimento dos desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

A CGTP-IN considera inaceitável que o espaço de soberania dos Estados esteja a ser progressivamente reduzido a pretexto das políticas de austeridade e de consolidação orçamental.

2. Os sistemas públicos de protecção social, baseados nos princípios da solidariedade e do seguro social, constituem um pilar essencial do modelo social europeu. Os regimes públicos de pensões, de base contributiva e fundados na solidariedade laboral e intergeracional, continuam a demonstrar ser os mais adequados à garantia dos direitos a pensão; como tal, devem ser preservados e desenvolvidos.
3. Apesar de ser indubitável que os fenómenos de evolução demográfica e nomeadamente o aumento da esperança média de vida têm impacto na sustentabilidade dos sistemas de pensões, o debate sobre a reforma destes sistemas não pode ficar restringido às questões demográficas.
4. O Livro Branco aponta como uma das soluções principais para tornar os sistemas de pensões mais sustentáveis o prolongamento da vida activa através do aumento da idade da reforma e da eliminação dos esquemas de pré-reforma e de reforma antecipada.

Esta solução apresenta-se completamente desenquadrada da realidade do mercado laboral, em que as políticas de discriminação etária das empresas vão exactamente em sentido oposto, persistindo em afastar os trabalhadores do mercado de trabalho em idades cada vez mais precoces.

5. A CGTP-IN repudia veementemente o preconizado incentivo ao desenvolvimento de esquemas privados de capitalização em detrimento dos sistemas públicos de pensões.

**Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses**

Filiada na



**CES**

Confederação  
Europeia  
de Sindicatos



Em conclusão, tendo em conta a actual situação de crise económica, financeira e social, o elevado desemprego e as características do mercado laboral, a CGTP-IN pensa que a resposta a este desafio passa, em primeiro lugar, pela promoção do crescimento económico sustentado e da expansão do emprego, mas emprego de qualidade, estável e em condições dignas; e em segundo lugar, pela aposta no alargamento da base financeira dos sistemas públicos de protecção social, nomeadamente através do aprofundamento do princípio da diversificação das fontes de financiamento.



Muito obrigada